



OPINIÃO

Por uma nova consciência europeia



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Participei recentemente, em Bruxelas, numa conferência internacional organizada pela EFAA (Federação Europeia dos Contabilistas e Auditores das Pequenas e Médias Empresas).

No evento, que procurou aprofundar o papel que os profissionais devem desempenhar junto dos empresários, foi divulgado por elementos da União Europeia que as pequenas e médias empresas representam, actualmente, 75 por cento do universo empresarial dos países membros.

Em Portugal, esse número alcança praticamente os 98 por cento.

Uma vez mais se constatou que os Técnicos Oficiais de Contas portugueses, desde há muito, traçaram o seu rumo de forma acertada e congruente com uma profissão que carece urgentemente de um novo conceito e atitude renovada perante a realidade quotidiana das empresas, com especial relevo para as de pequena e média dimensão. Procurar condições operacionais para este género de empresas a um custo mais reduzido, foi, igualmente, outra preocupação demonstrada. Acontece que continua a persistir, na nossa perspectiva, uma tendência que pretende uma diminuição de custos sacrificando a organização das empresas. Não é a primeira vez que nos confrontamos com investidas desta natureza. Também em Portugal, no passado Verão, uma iniciativa política de um quadrante parlamentar pretendia, em nome da simplificação, arrasar o rigor e a credibilidade de milhares de empresas. O seu objectivo foi conseguido parcialmente.

O mais incompreensível é que, perante as contradições do novo conceito com outros valores preconizados pela União Europeia, alguns deles verdadeiros sustentáculos da organização social do «velho continente», como é o caso do espírito e suporte jurídico da organização societária ou do nível de exigência organizacional

de impostos, como o IVA, os “país” da ideia, quando confrontados, não escondem manifestações de espanto e lançam um olhar indefinido para o horizonte, como que à espera de um milagre que justifique os erros que, com aquela medida, se podem vir a cometer.

Embora ainda que de forma algo tímida, começa a despertar na UE a consciência de que o profissional da contabilidade e da fiscalidade não se consome na mera execução, mas que se alarga a um novo campo de conhecimento, vertendo essa informação no acompanhamento e aconselhamento das cruciais tomadas de decisão dos empresários.

Esta preocupação, pela primeira vez expressa há um par de anos no congresso da FEE (Federação Europeia de Contabilidade), em Copenhaga, carece da necessidade urgente de se apresentar uma matriz europeia das responsabilidades atribuídas aos profissionais e da definição de uma estrutura europeia para o ensino da contabilidade, onde predomine uma concepção de polivalência e um padrão de exigências mínimas de formação profissional.

Reconhece-se que lidar com estas temáticas a nível europeu ou mundial não é fácil, particularmente quando se procura concertar conceitos que podem divergir de país para país. Sabemos que Portugal, para além da força da razão, não tem grandes meios ou mecanismos que possam influenciar os centros de decisão, mas tal facto não nos inibe de, nos fóruns onde participamos, deixar o nosso alerta para aspectos que reputamos como cruciais para a profissão.

É que, ou começamos por construir uma actividade forte e imprescindível para a consolidação e sustentabilidade das empresas e, indirectamente, para a economia de cada país, ou poderemos, em breve, ser confrontados com aventuras e derivas que poderão ser amargas. Não estamos contra a simplificação, mas bateremos o pé sempre que ela procure ser feita contra a organização das nossas empresas. ■

Sabemos que Portugal, para além da força da razão, não tem grandes meios ou mecanismos que possam influenciar os centros de decisão.